

Reflexões sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Rafael Bianchi Silva

Jessica Pedrosa Mandelli

Tayná Ceccon Martins

RESUMO

Neste trabalho, propusemos uma reflexão acerca das percepções das psicólogas que atuam no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS sobre o trabalho desempenhado enquanto técnicas da Política de Assistência Social. A pesquisa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com oito psicólogas de seis cidades do interior do estado do Paraná, pertencentes a equipe técnica de referência quanto da equipe volante. Para análise de dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdos proposta por Bardin. Foi possível perceber que as participantes compreendem o trabalho que desenvolvem como um campo de incertezas, haja vista que não há um modelo a ser seguido, mas parâmetros abrangentes que incidem em uma pluralidade de práticas. Entendem que a Psicologia é uma ciência importante no contexto do CRAS, contudo, se deparam com dúvidas e incertezas sobre seu papel. Apontam ainda que há poucos recursos humanos e que devido à alta demanda aos benefícios eventuais se sobrecarregam e não conseguem acompanhar as famílias através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Nesse sentido, compreender a construção da prática dessas profissionais no contexto do CRAS fornece subsídios para o entendimento dos desafios da inserção dos psicólogos nesse campo.

Palavras-chave: Psicologia; SUAS; assistência social; CRAS.

ABSTRACT

Reflections on the psychologist's practice at the Social Assistance Reference Center - CRAS

In this paper, we propose a reflection on the perception of psychologists that work at the Social Assistance Reference Center - CRAS, about the work they perform as technicians of the Social Assistance Policy. The research was carried out through semi-structured interviews with eight psychologists from six cities in the interior of the state of Paraná, working both in the Technical Reference Team and the Mobile Team, for data analysis, we used the "Analysis of Content", by Bardin. It was possible to perceive that the participants understand the work they develop as a field of uncertainties, given that there is no model to be followed, but comprehensive parameters that affect a plurality of practices. They understand that Psychology is an important science in the context of CRAS, however, they face doubts and uncertainties about its role. They also point out that there are few human resources and that, due to the high demand for occasional benefits, they are overloaded and cannot accompany the families through the Service of Protection and Integral Assistance to the Family - PAIF. In this sense, acknowledging the construction of the practice of these professionals in the context of CRAS, provides subsidies for understanding the challenges of inserting psychologists in this field.

Keywords: Psychology; SUAS; Social Assistance; CRAS.

Sobre os Autores

R. B. S.
orcid.org/0000-0002-1170-7920
Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Londrina, PR
rafael.bianchi@uel.br

J. P. M.
orcid.org/0000-0003-4670-1753
Pontifícia Universidade Católica (PUC) - Londrina, PR
jessicamandelli@hotmail.com

T. C. M.
orcid.org/0000-0001-7434-631X
Prefeitura Municipal de Apucarana - Umuarama, PR
ceccontayna@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



A compreensão acerca dos espaços ocupados pela Psicologia tem como pressuposto a construção de uma análise de sua constituição enquanto ciência e profissão no país de modo a observar, de forma geral, seu movimento de inserção nas políticas públicas e, especificamente, seus lugares na Política Nacional de Assistência Social no trabalho desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Enquanto profissão, a Psicologia se constituiu a partir de condições sociais e históricas que ampliaram seus espaços de atuação e permitiram seu fortalecimento. Inicialmente as práticas eram elitistas e voltadas para um olhar individualizante. Aos poucos, em especial a partir da década de 1980, foi-se compreendendo que o profissional da Psicologia poderia ocupar outros lugares, o que levou a ampliação do público atendido.

Conforme Carretero (2018), essa ampliação ocorreu por um lado devido uma reflexão crítica do papel da Psicologia no campo social, levando em consideração à realidade brasileira e latino-americana, e também, pela crise econômica vivenciada no país, contribuindo para um contexto de saturação do mercado de trabalho aos profissionais de Psicologia, no que se refere aos campos clássicos de atuação, como: clínica, organização e escola, impulsionando assim, a exploração de outras possibilidade de trabalho. Como pontua o autor, “nesse sentido, em um país contraditório e desigual como o Brasil, onde a maioria da população sobrevive em situações precárias e desumanas, haveria mais mercado para trabalhar com essas populações” (Carretero, 2018, p. 147).

A partir disso, tornou-se necessária a ampliação dos debates em relação às práticas da Psicologia, produzindo uma reflexão sobre como ela poderia contribuir com a sociedade brasileira que se encontrava em processo de redemocratização (Yamamoto & Oliveira, 2010). Frente a tal cenário, aos poucos, as práticas psicológicas e seus referenciais passaram a ser (re)vistos e (re)construídos, possibilitando novas formas de ser psicólogo e compreendendo, agora, o homem como sujeito de direitos e ser ativo em sua história. A profissão passou a se inserir em novos campos de trabalho, em especial nas políticas públicas, como a saúde pública e, posteriormente, em outros setores como educação, assistência social e trabalho (Neto, 2004).

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal (CF), destaca a Assistência Social como uma importante política pública. Ela compôs o tripé da seguridade social juntamente com a saúde e previdência social, promovendo uma ampliação dos direitos e também uma alteração significativa no papel do Estado. Foi a partir da CF que a Assistência Social foi percebida enquanto política pública de Estado o

que deu a possibilidade para que seus dispositivos fossem posteriormente regulamentados.

Em 1993, com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e, anos mais tarde, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, houve uma intenção de mudança à lógica da Assistência Social, procurando sair de uma esfera assistencialista para um campo de garantia de direitos, no qual psicólogos e assistentes sociais passaram a trabalhar conjuntamente nos territórios, comunidades e as famílias em situação de vulnerabilidade social (Menz & Camargo, 2020). Entretanto, mesmo com um arcabouço legal mais robusto, não garantiu, necessariamente, uma ruptura com a esfera assistencialista, as práticas com esse viés continuam acontecendo, o que gera tensões no campo da *práxis*.

As políticas sociais tornaram-se um importante campo de atuação aos psicólogos em todo o Brasil, incluindo aqui, o SUAS. Conforme Macedo et al. (2022), nos anos 2000, o número de psicólogas(os) atuantes no SUAS era de 8.079. Já com os dados obtidos entre 2011 e 2019, registrou-se um aumento muito expressivo desse dado, contando com a presença de 25.131 psicólogas(os) na Assistência Social.

Frente a esse cenário, este artigo teve como objetivo se aproximar e compreender as percepções das psicólogas que atuam no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, sobre o trabalho que desempenham enquanto técnicas da Política de Assistência Social a partir de entrevistas realizadas com oito psicólogas atuantes em cidades do estado do Paraná. Iniciamos o percurso com uma reflexão sobre o trabalho da Psicologia nesse contexto.

O PSICÓLOGO NO CRAS

A obrigatoriedade dos profissionais de Psicologia nos serviços de Assistência Social na composição das equipes básicas dos equipamentos da proteção social – como nos CRAS (Proteção Social Básica), CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Proteção Social Especial), além de abrigos, casas-lares, Centro-Pop, entre outros - se deu a partir da implementação do SUAS e aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH-SUAS) (Brasil, 2006).

A Proteção Social Básica, cenário dessa pesquisa, tem o objetivo de prevenir as situações de risco através do desenvolvimento das potencialidades e aquisições, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Por sua vez, a Proteção Social Especial busca promover atenção socioassistencial a famílias e indivíduos que já se encontram em situações de risco pessoal e social (Brasil, 2004).

De forma sintética, Ribeiro e Guzzo (2014) apontam que o que caracteriza o trabalho do psicólogo no SUAS é:

...o seu olhar para a dimensão subjetiva, ou seja, como cada sujeito se organiza e se apropria das condições sociais que o cercam e como vivencia essa realidade. Isso é o que caracteriza a singularidade do sujeito, que não está deslocada do contexto histórico-cultural no qual ele se desenvolve. (p. 89)

Importante destacar que, conforme pontuam Brandolt e Arpini (2023), a dimensão subjetiva não exclui a dimensão material. Dessa forma, o subjetivo não pode ser dissociado da construção social, econômica e história. O profissional da Psicologia precisa, então, expandir a escuta e possíveis intervenções que contemplem os aspectos subjetivos e sua relação com a dimensão concreta, promovendo um atendimento mais integralizado e menos fragmentado do usuário.

Assim, compreende-se que a atuação do psicólogo precisa estar direcionada ao rompimento com as práticas assistencialistas e psicologizantes (como a culpabilização dos indivíduos) e compreender que os aspectos implicados na situação de vulnerabilidade dessas pessoas que acessam a política se devem, sobretudo, ao contexto em que elas estão inseridas e as condições históricas e econômicas que perpassam e compõem a sua singularidade e produção subjetiva.

Tal ponto encontra-se alinhado com as parametrizações publicadas para o trabalho nesse campo. Aprovada em 2006, a NOB-RH/SUAS, por exemplo, destaca que a Assistência Social deve ofertar serviços que tragam o conhecimento ético e político de profissionais capazes de práticas que impulsionem as potencialidades e emancipem os usuários (Brasil, 2011).

Nessa direção, Macêdo et al. (2018) explicam que nos últimos anos têm-se discutido amplamente nas pesquisas sobre o papel da Psicologia inserido na Assistência Social, buscando afastar os profissionais de condutas repressivas e culpabilizadoras, contribuindo para o protagonismo dos usuários que são atendidos ou acompanhados na política.

Pereira e Guareschi (2017) apontam que na Assistência Social, existem muitas formas de se operacionalizar o trabalho da Psicologia e isto depende das representações sociais que os profissionais adotam e compartilham com os outros profissionais acerca dos usuários e suas famílias. Estas concepções podem culpabilizar, individualizar e normatizar os usuários como também direcionar o trabalho para a relação com os sujeitos, potencializando a vida em suas múltiplas possibilidades e modos de singularização.

Tal compromisso ético e político assumido pelos profissionais materializa-se no rompimento com a ideia de que os usuários são apenas receptores mas que, ao invés disso, é necessário considerá-los em uma dimensão cidadã para que consigam através das potencialidades existentes nas suas relações, romper com os ciclos intergeracionais de

sofrimento e miséria e experienciar o processo de emancipação enquanto seres humanos e sujeito de direitos (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, 2007).

Para tanto, conforme indica o CREPOP (2021), é de suma importância que as ações desses profissionais na Assistência Social tenham como intuito a promoção de direitos, cidadania e dignidade humana, conectada sempre aos territórios, visando o combate da pobreza, desigualdades sociais e discriminações sociais presentes no cotidiano dos seus usuários e usuárias.

Nesse entendimento, a NOB-RH/SUAS traz a necessidade dos serviços organizados e oferecidos pela Assistência Social serem realizados por uma equipe de referência, sendo esta composta por servidores efetivos. "As equipes de referência do SUAS são entendidas como um grupo de profissionais com diferentes conhecimentos, que têm objetivos comuns e definem coletivamente estratégias para alcançá-los" (Brasil, 2011, p. 26-27).

Scott et al. (2019) destacam que a função do psicólogo no CRAS corresponde a um trabalho realizado de maneira coletiva que é construído sempre com outros profissionais, ampliando assim, conhecimentos teóricos, técnicos e, sobretudo, políticos de modo a contribuir de forma efetiva na realidade social do público atendido.

Nesse sentido, existe uma aproximação do trabalho do psicólogo e do assistente social para que possam atuar em conjunto como técnicos de referência de nível superior no CRAS. Constitui-se como um diálogo de saberes entre dois campos científicos que se conectam e articulam conhecimentos para a intervenção profissional buscando estabelecer vinculações e fronteiras entre as áreas em face da compreensão de uma determinada questão social. Nery (2009) considera que se trata de uma oportunidade histórica, renovada com o SUAS, de tanto a Psicologia quanto o Serviço Social se aproximarem para a construção coletiva de novos aportes teóricos-metodológicos para a consolidação da PNAS. Por essa razão, o CREPOP (2007) orienta o psicólogo ao integrar uma equipe de trabalho, deve fazê-lo em igualdade de condições e com liberdade de ação, sobretudo, para superar a lógica assistencialista e romper com o paradigma da tutela e caridade.

Maheirie et al. (2021) relatam que romper com essas concepções ainda é um desafio profissional. Isso acontece devido a inserção dos psicólogos ser algo recente e muito atravessada por paradigmas de uma Psicologia conservadora, pautada em supostos especialismos. Fechada em tais pressupostos, acaba por não contribuir para a construção de um campo de saberes disciplinares ou conjunto de saberes que emergem do encontro dos

conhecimentos e a complexidade das situações experienciadas.

Um exemplo de espaço de ação de trabalho conjunto entre o psicólogo e o assistente social no CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF que, conforme a Resolução CNAS nº 109/2009, tem como objetivo a prestação continuada de serviço junto às famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, com a finalidade de fortalecer a função familiar protetiva. Dentre as ações previstas a serem desenvolvidas pelos profissionais de ensino superior da equipe técnica de referência ou volante no PAIF prevê-se a realização da Acolhida, Oficinas com Famílias, Ações Comunitárias, Ações Particularizadas e Encaminhamentos

Pressupõe-se um trabalho orientado no sentido de proteção e prevenção, como também de antever ações, a partir da dimensão proativa do trabalho a ser desenvolvido, que acontece a partir do Trabalho Social com Famílias (TSF) (Brasil, 2012). Para Fadul e Afonso (2018), é neste momento de articulação de atividades que é possível perceber as potencialidades das famílias e também desenvolver estratégias de enfrentamento às situações de vulnerabilidade vivenciadas por elas.

Dentro das parametrizações da política (por exemplo, Brasil, 2012; Brasil, 2014), as ações desenvolvidas tanto pelo psicólogo, quanto pelo assistente social não sofrem distinção na operacionalização dos serviços. Tanto a NOB-RH/SUAS quanto a Tipificação trazem as ações que os técnicos de nível superior devem realizar. O que vai diferenciar a prática é o arcabouço teórico-metodológico que advém de cada profissão específica e como o profissional vai operacionalizar isso através das ações que devem ser realizadas.

Assim, a compreensão de que o sujeito atendido na política de Assistência Social está inserido em uma comunidade em determinado território e em recortes temporais específicos, nos retira de uma perspectiva individualizante para outra, envolta em história, contradições inerentes ao processo social, possibilidades múltiplas e laços sociais estabelecidos, levando sempre em consideração seu contexto social. Com isso, entende-se além da dimensão particular do sujeito também a dimensão sócio histórica e política que o constitui e atuar nessa perspectiva é estabelecer um compromisso social de transformações individuais e coletivas.

MÉTODO

Enquanto definição, trata-se de uma pesquisa qualitativa na área de Psicologia Social e Institucional. Quanto às características da metodologia adotada, Chizzotti (2003) aponta que a pesquisa qualitativa preserva a objetividade do fazer ciência e valoriza a experiência humana de tal forma

que não a confina em métodos nomotéticos, que limitam o objeto e universalizam sua aplicação, para analisá-la e descrevê-la. Ela exprime o compromisso social do pesquisador que também se encontra imbuído na realidade social que o circunda.

A pesquisa teve aprovação e consentimento do Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) conforme parecer de nº 2.719.036. Procurou-se aproximar e compreender sobre as percepções das psicólogas que atuam no CRAS de seis municípios do estado do Paraná em unidades de pequeno porte I e II (até 3.500 famílias referenciadas) e de médio e grande porte (até 5.000 famílias referenciadas por CRAS). Para participar da pesquisa, as psicólogas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em que os objetivos da pesquisa estavam descritos.

Os dados foram coletados entre os meses de julho a agosto de 2018 e as entrevistas semiestruturadas foram realizadas de forma presencial em data, horário e local informados pelas participantes. As questões tinham como objetivo mapear o trabalho que desenvolvem nesses espaços, tanto em equipe técnica de referência, quanto em equipe volante. O estabelecimento dos portes dos municípios seguiu as indicações presentes na NOB-RH/SUAS (2006/2011).

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de forma literal e os áudios foram excluídos após a transcrição; a identificação dos participantes foi realizada por um número para garantir o sigilo. Da mesma forma, no decorrer do artigo as participantes foram identificadas a partir destes números, de P1 a P8.

A coleta de dados foi encerrada com oito entrevistas realizadas e a amostragem foi estabelecida por saturação teórica. Tal processo ocorre quando, a partir das entrevistas realizadas, as informações trazidas pelos participantes já estejam acrescentando pouco ao material obtido para a compreensão do que se pretende investigar (Fontanella et al., 2008).

Sobre os participantes da pesquisa informamos que são todas mulheres, com um tempo de formação que varia de 03 anos a 12 anos, sendo que 07 delas concluíram a graduação em Psicologia em universidade/faculdade particular e 01 em universidade pública. Em relação ao trabalho no CRAS, 03 atuam em municípios de pequeno porte I, 01 em município de pequeno porte II, 02 em município de médio porte e 02 em município de grande porte. A carga horária predominante é 40 horas (05 participantes), sendo que as demais trabalham 30 horas (03 participantes). Em relação ao vínculo empregatício 06 participantes são concursadas como estatutárias, 01 concursada como emprego público e 01 celetista. Em relação à equipe de trabalho, 07 participantes são da equipe técnica de referência e 01 participante era da equipe volante e hoje

está como coordenadora. O tempo de trabalho no CRAS variou de 01 ano e 06 meses a 09 anos, sendo o tempo de trabalho predominante entre as participantes (05) de aproximadamente 02 anos, com variações de um mês a mais ou a menos.

Para a análise dos dados da pesquisa, resultante das entrevistas transcritas, seguiu-se as etapas de análise de conteúdo conforme descritas por Bardin (1977), quais sejam: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Após a análise do material, foram traçadas, a partir das falas transcritas, escolheu-se uma categoria de análise com base na prática das psicólogas no CRAS, que será apresentada a seguir.

CONSTRUINDO UMA PRÁTICA: CAMPO DE INCERTEZAS

Através da pesquisa realizada, foi possível perceber que o trabalho do psicólogo no CRAS ainda está sendo construído dia após dia, configurando-se como um campo de muitas dúvidas e inquietações. Dentre as psicólogas entrevistadas, algumas disseram que começaram a trabalhar no CRAS não por escolha, mas devido a uma oportunidade que surgiu, seja porque prestaram concurso público e a vaga foi destinada a esse órgão ou porque foi o emprego que tinha disponível no momento. Essa questão aparece em algumas falas:

“É aí a entrada na prefeitura teve o concurso e eu prestei, porque eles não diziam exatamente pra qual secretaria seria. Seria pra educação, seria pra saúde seria pra assistência social” (P1)

“Eu eu... brinco que eu não escolhi, eu fui escolhida por essa área social, foi a oportunidade de emprego que surgiu e eu comecei a atuar e.... é... eu tive um pouco de dificuldade por conta disso que você falou porque eu não conhecia nada disso, o que eu aprendi de CRAS de SUAS e tal foi na prática mesmo, lendo as coisas, os materiais e tal (P4)

Dantas (2013), em sua tese de doutorado realizada com psicólogas atuantes em CRAS no estado do Rio Grande do Norte, também verificou que o trabalho no CRAS não apareceu como desejo das entrevistadas. Na pesquisa, ouviu relatos de que a entrada na área aconteceu porque era um campo de mercado disponível na época. Entretanto, algumas dessas entrevistadas relataram que com o tempo passaram a gostar de trabalhar nesse campo. Isso coaduna com a fala de uma de nossas entrevistadas:

“... eu vejo que pra mim foi uma questão de identificação, não foi algo que eu escolhi naquele momento né... mas né tive a felicidade de me encontrar ali, então...” (P5)

Em nossa pesquisa, algumas participantes relataram que tiveram muita dificuldade no início do seu trabalho no CRAS para compreender o que deveriam fazer neste espaço. Dentre as dificuldades apontadas destaca-se a existência de um olhar clínico adquirido ao longo da formação inicial o que, segundo elas, potencializava o não entendimento do papel da

Psicologia no contexto social. Em face disso, buscaram se apoiar na equipe, em supervisão e grupos de estudos para assimilar o contexto do trabalho que iriam desempenhar. Esse dado foi identificado por Menz e Camargo (2020) que, em pesquisa realizada com oito psicólogos atuantes no CRAS em uma capital da região sul do Brasil, também puderam perceber a dificuldade que os profissionais encontraram, o que revelou a insegurança profissional ao se inserir em um novo campo de atuação.

... aí eu entrei, o que eu vou fazer? Não faço ideia do que eu tenho que fazer aqui, porque meu olhar era totalmente clínico, eu não conseguia pensar, se eu atendia alguém eu pensava aí ela precisa de terapia, aí meu Deus do céu que eu vou fazer aqui e eu fiquei um tempo me perguntando o que é que de fato eu estava fazendo. (P2)

Dentz e Oliveira (2013), em pesquisa realizada com psicólogos no CRAS, perceberam que os participantes que chegam para trabalhar no equipamento desconhecem seus papéis e funções e constroem suas ações no cotidiano de forma quase intuitiva. Apontaram que condições de trabalho precárias são obstáculos para a atuação profissional de qualidade, o que pode gerar sofrimento ao trabalhador. Incentivaram ainda que as universidades repensem seus currículos e a formação de modo a preparar os alunos para o mercado de trabalho das políticas públicas. Essas questões apontadas pelos autores também apareceram nas falas das entrevistadas deste trabalho, conforme podemos perceber a seguir:

Então na verdade eu entrei na prefeitura também com 23 anos, né eu estava bem perdida, o começo foi bem difícil pra mim, assim além da clínica particular foi meu primeiro trabalho, então foi um pouco assustador, então no início eu fiquei assim muito observando o que acontecia, tentando colocar algumas intervenções, ouvindo muito a equipe que tava ali comigo (P5)

... quando eu entrei eu tive muita dificuldade que eu não tinha conhecimento, vamos dizer assim, tanto da área, tinha um mínimo de noção, mas eu busquei supervisão, busquei, até assim a gente tinha grupos, então assim a gente fazia grupos de estudos, tudo assim pra tocar ideia. (P6)

Macedo e Dimenstein (2011), em pesquisa realizada com psicólogos atuantes nas áreas da saúde e no CRAS, levantaram que a realidade de trabalho dos profissionais era geradora de angústias e incertezas quanto à fronteira de saberes e o lugar da Psicologia nestes campos. Apontaram, porém, que esses espaços de trabalho contribuem para a desterritorialização da hegemonia das práticas psicológicas e também das verdades pessoais dos psicólogos que estão atuando, ampliando a criação de novos fazeres.

O campo de incertezas da prática se mostrou na fala das participantes quando trouxeram que nos diferentes fazeres propostos nos documentos do MDS aparecem indicações de muitas coisas que o psicólogo não pode fazer na Assistência

Social, não apontando, entretanto, a função do profissional na política e nem oferecendo um modelo para atuação, o que gera uma diversidade de práticas que muitas vezes não se encontram alinhadas com os objetivos propostos para os serviços.

... parece que na tipificação que tem que vem do MDS têm muitas coisas que o psicólogo não pode fazer, não pode isso, não pode aquilo, mas não diz exatamente a função do psicólogo na política de assistência, né, é eu acredito que ainda tenha muitas divergências assim do que, o psicólogo pode. (P1)

... mas eu acho que é a questão mais difícil, pelo menos que eu encontro no CRAS, é de não ter, pelo menos que eu enxergo assim que não tem um modelo, que varia muito de cada cidade, de cada município, acho que tá variando muito, eu tenho dificuldade ainda do que realmente é o trabalho. (P6)

A escassez de discussões sobre as políticas públicas dentro da formação inicial, bem como a falta de capacitação e programas de “educação continuada” dentro da política somada com a ausência de ações para o profissional da Psicologia descrita nas parametrizações, justifica a fala de participantes que apontaram que foram descobrindo a Política de Assistência Social na própria prática. Tal ponto pode ser visto nas falas de P2 e P4:

... aí eu fiquei quase três anos né trabalhando, entendendo também o que era a política de Assistência Social que tava começando a engatinhar, né, que hoje tá começando a dar os primeiros passos, mas naquele tempo tava começando a engatinhar. (P2)

... então quando eu entrei eu comecei a aprender o que que era depois que eu aprendi assim, que eu trabalhava no CRAS, mas eu também fazia trabalho de CREAS, né que eu fui começar a entender essa questão bá...é...assim...é...Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, no trabalho que eu fui entendendo que eu fazia o trabalho das duas proteções (P4)

Nessas incertezas presentes, as participantes contaram que foram construindo a sua prática no dia a dia, se apegaram aos documentos que embasam a política e a partir deles desenvolveram sua atuação. Enquanto algumas delas tiveram que buscar sozinhas, outras construíram a prática juntamente com as assistentes sociais.

Andrade e Romagnoli (2010) apontam que o lugar da Psicologia no CRAS está em constante modificação, se apresentando como um espaço fluido, de encontros singulares e pode se constituir de uma prática libertária, inserindo-se nestes novos campos de forma crítica e também inventiva.

... porque eu entrei com uma equipe de assistentes sociais também novos na prefeitura, e a gente foi construindo juntas né, então assim de início realmente eu nem me recordo agora de ter feitos muitos cursos, nada disso, eu me apeguei muito no material que a gente tinha, da própria política de assistência social que

orientava o trabalho independente do..., né... orientava o trabalho do PAIF né. (P5)

... eu não era concursada, eu fui contratada, na época era terceirizada, e eu comecei a trabalhar não tinha assim assistente social, eu peguei o negócio assim sabe, eu caí de paraquedas mesmo e comecei a fazer o que eu imaginava que devesse, que precisava fazer assim sabe, conhecer, pensar em formar grupo e tal, fazer levantamento dessa questão das famílias lá prioritárias que precisava ser acompanhadas pelo CRAS, fui bem crua assim mesmo sabe, bem crua. (P4)

Romagnoli (2016) afirma que a PNAS e o SUAS garantem conquistas, mas por si só não garantem direitos sendo que estes vão sendo construídos na experiência concreta dos coletivos:

No CRAS, a execução das ações dos programas é de responsabilidade dos profissionais de nível superior que compõem a sua equipe técnica. Angústias, indagações, desestabilizações, endurecimentos, invenções, precarizações acometem as equipes em suas atuações, desvelando fissuras entre o que existe formalmente na PNAS instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o que ocorre na prática profissional das equipes do CRAS. (p. 153)

Nesse campo de incertezas, uma participante apontou que não se sente respaldada e acrescentou que seria interessante que o MDS capacitasse os psicólogos do que exatamente devem realizar no CRAS.

... é uma política que de certa forma convidou a Psicologia pra entrar porque viu de alguma forma que tinham questões ali que vão para além do serviço social, mas parece que não tem um respaldo assim, viu-se a necessidade que bom, mas eu não me sinto muito respaldada, eu sigo mais essa formação que eu te disse dessa da psicanálise, da escuta né... e eu penso que tinha que ter, e eu já propus isso, de vir alguém lá do MDS mesmo uma capacitação, um.. falar mais do papel do psicólogo para que fique mais claro minimamente. (P1)

Na fala que segue, P6 encontra-se alinhada com P1 quando afirma que existem direcionamentos, mas não uma prática certa para a Psicologia no CRAS.

Outro dia eu ouvi de uma capacitação que a gente tá fazendo que é o Família Paranaense e daí ela referia que a gente só tem a moldura, mas o quadro pintado nós ainda não temos, e é bem isso, vamos dizer assim que a gente tem um direcionamento, mas eu acho que uma prática certa, vamos dizer assim eu acho que isso não né, o que realmente é. (P6)

As participantes também relataram que não conseguem perceber o espaço da Psicologia no CRAS. Acreditam que ainda precisam desconstruir muitas ideias pré-concebidas e conseguir mais autonomia para o desenvolvimento do seu trabalho.

Eu acho que o psicólogo do CRAS a gente sempre fica muito tentando né, a gente vem e a gente sabe que não né, nós não

somos psicólogos clínicos, e isso às vezes angustia, que a gente tem que fazer alguma coisa voltada ainda assim por mais condições que você tenha na faculdade, você chega e fala nossa cadê o meu espaço, cadê aquilo que eu tenho que fazer ali assim, no sentido de é, de algo específico, de algo mais individual, de algo... e a gente às vezes a gente sente isso, a gente fala poxa parece que se perde um pouco, mas ao mesmo tempo quando você entende, o psicólogo no CRAS está ali na garantia de direitos tanto quanto o assistente social, então né assim, e se tem muito essa visão né, então a gente tá aqui pra garantia de direitos mesmo, pra tentar potencializar essas famílias, né assim, cada um com seu olhar, cada um com sua contribuição, então é onde você fala não, realmente essa é nossa função aqui. (P7)

Eu ainda percebo que nós da Psicologia, o nosso espaço dentro da Assistência Social ainda é muito reduzido, então assim nós profissionais temos que realmente saber o lugar que nós estamos falando e desconstruir muita coisa ainda, então assim dentro da assistência social eu vejo ainda muito que o psicólogo não tem muita autonomia. (P8)

Andrade e Romagnoli (2010) observaram que ainda há certa incompreensão por parte de outros profissionais acerca da Psicologia no CRAS pois estes ainda entendem a ciência psicológica a partir da perspectiva liberal e privada, associada a atendimento psicoterápico dos usuários do serviço e não relacionando à sua dimensão de ocupar os espaços públicos. Por essa razão, tanto a comunidade como os profissionais acabam questionando os profissionais psicólogos quando eles atuam sob outra ótica que não aquela calcada no *setting* clínico.

P8 acredita que essa falta de espaço ainda se deve a essa questão de percepção cultural de que a Psicologia atua no âmbito clínico e percebe isso não somente pelos profissionais que atuam junto consigo, como também na comunidade referenciada ao CRAS.

Eu acho que ainda é uma questão cultural, como eu disse pra você, até a questão assim, eles acham que o psicólogo ainda é só o clínico, não consegue compreender essas outras áreas de atuação nossa. Então ainda vejo que nosso trabalho dentro da Assistência Social é meio reduzido, até a própria comunidade em si, eles chegam na Assistência Social, eles não procuram a equipe técnica ou o técnico, a psicóloga, eles só querem falar com o assistente social. (P8)

P7 aponta que embora tenha tido uma boa formação, o psicólogo no CRAS ainda está num grande campo de incertezas e que “passa a vida tentando se encontrar”. Conforme relato “... na verdade eu acho que psicólogo dentro de CRAS passa a vida tentando se encontrar (risos), não é fácil, mas ao mesmo tempo eu tive uma base boa, eu não posso dizer que eu não tive uma base boa” (P7).

A partir dessas reflexões sobre as incertezas presentes no cotidiano de trabalho do psicólogo no CRAS, faz-se necessário compreender e explorar, com base nas falas das participantes, como é a rotina de trabalho e quais as ações

desenvolvidas por eles nesse espaço. Acreditando que a prática “psi” no CRAS se encontra em construção, as participantes trouxeram que enfrentam dificuldade para desenvolver o serviço proposto pelo PAIF, apontando que devido ao número de demandas, não conseguem acompanhar as famílias de forma contínua, o que gera a necessidade constante de replanejamento das ações.

Faria (2020) afirma que o acompanhamento familiar consiste num conjunto de intervenções e orientações, a partir do compromisso firmado entre o profissional e os membros das famílias acompanhadas.

Mas assim, tanto é uma discussão que acho que vocês, se você for entrevistar talvez mais profissionais que estão inseridas dentro dos CRAS aqui você vai escutar que a gente luta pra fazer PAIF, mas a gente fica soterrado pelas demandas que vão aparecendo, mas a gente vai apagando incêndio, só apagando incêndio sabe. Então quando dá um tempinho a gente tenta correr. (P3)

O CRAS assim, eu não consigo enxergar o PAIF de fato sendo é... é... executado assim sabe, a gente não consegue e eu hoje, atualmente essa é uma das nossas discussões já algum tempo assim sabe, a gente planeja, replaneja, planeja, replaneja, pra ver o que a gente consegue fazer, o que está respaldado na legislação e tal dessa questão do trabalho social com famílias, mas é... é difícil assim, a gente não consegue fazer o negócio materializar sabe, tem muita coisa que atravessa.. (P4)

Em pesquisa com os profissionais atuantes no CRAS, Romagnoli (2016) observou que há uma Política de Assistência Social estruturada e bem formulada nos documentos. Contudo na execução dos serviços ainda existem desafios e fragilidades o que traz dificuldades para o desenvolvimento do trabalho. Um desses fatores é a sobrecarga de trabalho associada à precarização da equipe, que se caracteriza em sua maioria por trabalhos temporários ou terceirizados. Outro fator é o excesso de burocracia, em que o tempo destinado a preencher relatórios e sistemas poderia ser mais bem aproveitado no acompanhamento das famílias.

Araújo (2014) também verificou que o excesso de trabalho e as situações emergenciais, associados à burocracia e a precarização de recursos materiais e também humanos, prejudicam o trabalho dos profissionais do CRAS para acompanhar as famílias e por sua vez, geram além da individualização do trabalho, sofrimento ao trabalhador.

Com as mudanças políticas vivenciadas pelo país¹, sobretudo a insegurança jurídica e política vivenciada, trouxeram impactos na situação econômica das famílias, uma participante trouxe que a demanda espontânea tem aumentado na Proteção Social Básica principalmente na busca por benefícios eventuais.

Principalmente agora, com toda essa questão aí a nível de Brasil

que tá acontecendo, essa demanda espontânea tá cada vez maior assim sabe, pessoas que nunca procuraram o CRAS porque tinha razoavelmente assim uma vida mais equilibrada, mais tranquila, aí veio a questão do desemprego, e tudo mais, então a gente atende um número bastante grande de famílias que nunca procuraram o CRAS e que hoje estão precisando acessar.. (P4)

Dessa questão da dificuldade de executar o PAIF, da questão dos benefícios eventuais que a gente sente que atravança assim o trabalho, porque meio que acaba sendo um fim nele mesmo, você atende aquela família, aí nossa essa família a gente precisa ter um olhar e tal, é verdade e tal, daí passa um mês, dois meses e aí às vezes a família volta de novo pela mesma questão, solicitando a cesta novamente e a gente não conseguiu fazer nada né" [...] "o que atrapalha a execução do PAIF é essa questão dos benefícios eventuais, eu percebo que tem alguns profissionais que também têm essa dificuldade. (P4)

Essa mesma dificuldade que P4 apontou no planejamento das atividades no CRAS foi apontada também por P6, conforme fala abaixo:

Às vezes nem sempre, a gente assim a gente planeja, a gente faz, a gente senta de meses e a gente planeja algumas coisas, nem sempre sai como a gente planejou, a maioria das vezes assim acabam tumultuando, e nunca sai o que a gente planejou. (P6)

Nesse sentido, vê-se que o trabalho desenvolvido no CRAS pelos psicólogos acaba atravessado no dia a dia por demandas inesperadas, principalmente relacionadas aos benefícios eventuais que acabam prejudicando e muitas vezes impossibilitando o acompanhamento direto das famílias a partir do PAIF. Essa realidade estava presente na fala das participantes, principalmente em relação ao constante replanejamento do trabalho, o que impossibilita um contato mais efetivo com as famílias de forma que consigam desenvolver as atividades presentes nos documentos e sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da Psicologia na área da PNAS exigiu do profissional novos posicionamentos da ciência psicológica e do fazer psicológico frente à compreensão da realidade histórica e social dos indivíduos. Como é um campo de inserção ainda recente, mesmo com cadernos de orientação para o desenvolvimento do serviço da proteção social, o psicólogo vivencia dificuldades em reconhecer o seu papel e de elaborar sua prática nessa área.

O trabalho do psicólogo na Assistência Social se apresenta como um desafio, pois, demanda novas experimentações e vivências que se afastam de uma identidade clássica do fazer "psi", exigindo do profissional criatividade e flexibilidade para se reinventar dia após dia. Isso se torna ainda mais complexo, considerando tamanha desigualdade social e heterogeneidades das famílias

acompanhadas no nosso país, trazendo à cena muitas incertezas e questionamentos para os técnicos, e demandando sobretudo coragem.

Nesse cenário, foi possível perceber a partir das falas apresentadas, que o psicólogo chega ao CRAS para desenvolver o seu trabalho, mas ainda não compreende ou se sente seguro em relação ao seu espaço. As legislações e os cadernos de orientação da Política Nacional de Assistência Social trazem os princípios e diretrizes da prática profissional e as ações que devem ser desempenhadas, mas não especificam o que se espera de cada profissional da equipe quanto a sua concepção teórico-metodológica, pois, essa tarefa seria inalcançável, visto que não existe apenas uma única forma "correta" do psicólogo desempenhar sua função na PNAS. Assim, caberia ao próprio trabalhador (junto com sua equipe de trabalho e respaldo dos documentos) construir sua travessia nesse contexto de trabalho.

Porém, para além desse trabalho solitário, entendemos ser importantes a implementação de diferentes estratégias para o enfrentamento dos desafios concretos trazidos pelo cotidiano de trabalho. Primeiro, entendemos importante o desenvolvimento de diferentes tipos de formação continuada a serem ofertadas de forma de modo não fragmentado ou intermitente, realizada desde o momento da entrada do profissional na política de Assistência Social justificada pela fragilidade da formação inicial.

Somado a isso, também consideramos a constituição de espaços para fomentação de grupo de trabalhos (GT) de discussão sobre a Psicologia e a Assistência Social, com objetivo de analisar o cotidiano dos serviços e produzir novos materiais sobre o tema, sendo estes, vinculados às realidades singulares onde os diferentes serviços previstos acontecem, escapando assim da generalidade e dos documentos que parametrizam a política. Por fim, como modo de fortalecimento dos profissionais em relação a sua práxis, apontamos a necessidade do trabalhador da Psicologia dialogar com outros saberes - como o das assistentes sociais - a fim de ampliar sua compreensão sobre a política pública e seus usuários.

Isso se mostrou evidenciado no diálogo com as oito profissionais que apontaram a dificuldade de inserção no CRAS por não conseguirem reconhecer qual o espaço que devem ocupar nesta política pública. Trouxeram que isso pode se dar pelo processo de formação que tiveram, muito focada em um olhar clínico e individualizante, resultado de um processo longo de construção da Psicologia enquanto ciência e profissão com base no pensamento positivista hegemônico.

Como a política pública é um campo em movimento, muitas construções foram e continuam sendo realizadas na Assistência Social e isso evidencia a importância da

Psicologia para a compreensão macrosocial, política e histórica, como também territorial, singular e subjetiva, mostrando a importância da inserção do olhar e do fazer psicológico em um território com tantas contradições e invisibilidades.

Por fim, sinaliza-se que essa pesquisa foi realizada com uma pequena amostra em uma única região (sul) do país, onde foi possível evidenciar uma constante de incertezas nas falas das psicólogas entrevistadas que coadunam com outras pesquisas já realizadas. Diante disso, torna-se essencial permanecer escutando mais profissionais, de territórios diversos, que compõem as equipes da Assistência Social, a fim de explorar um campo tão vasto e plural que são as percepções das práticas do psicólogo nesse contexto. Espera-se que esse trabalho contribua para a reflexão dos profissionais de Psicologia inseridos na Assistência Social, bem como, aos interessados em ingressar na pesquisa ou prática.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue:

T.C.M. e R.B.S. contribuíram para a conceitualização e análise formal dos dados; J. P. M. foi responsável pela redação no que diz respeito a preparação do rascunho original e R.B.S. participou da redação no que compete a revisão e edição final do manuscrito

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

REFERÊNCIAS

- Andrade, L.F. de, & Romagnoli, R.C. (2010) O psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3). <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300012>
- Araújo, M.E. (2014) *A atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.47.2014.tde-20102014-115827>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Presses Universitaires de France, França.
- Brandolt, C., & Arpini, D. M. (2023). Psicologia e o Centro de Referência de Assistência Social: uma metassíntese qualitativa. *Psicologia Argumento*, 41(115). <https://doi.org/10.7213/psicolargum.41.115.A007>
- Brasil. (2004) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. PNAS/2004. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil (2006). Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS –NOB-RH/ SUAS. Resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. em 26 de dezembro de 2006. Brasília.
- Brasil. (2011). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *NOB-RH Anotada e Comentada*. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2012) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF – volume 1*. Brasília, MDS.
- Brasil. (2014) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais- reimpressão*. Brasília, MDS/SNAS.
- Carretero, G. H. (2018). Psicologia e assistência social: o sofrimento ético-político e a escuta, ação e garantia de direitos. In: B. B. Sawaia, R. Albuquerque, & F. R. Busarello (Orgs.), *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial* (pp.145-161). Alexa Cultural.
- Chizzotti, A. (2003) A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evoluções e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*. Vol. 16, número 002, pp. 221-236. Portugal.
- Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-CREPOP-CRAS-SUAS.pdf>
- Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CRAS/SUAS*. 3.ed. CFP.
- Dantas, C. M. B. (2013) *A ação do psicólogo na Assistência Social: "Interiorização da profissão" e combate à pobreza*. (Tese de Doutorado). Pós –graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Dentz, K.K.M.V., & Oliveira, E.L. da C. (2013) O psicólogo no CRAS: uma nova experiência. *Revista Psicologia em Foco*, 5(05), 82-100. <http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/1103/1580>
- Fadul, F.M., & Afonso, M.L.M. (2018) Os sentidos da participação, cidadania e territórios: um diálogo com as metodologias participativas no PAIF. *Psi Unisc Revista do Departamento de Psicologia*, 2(1), 76-89. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v2i2.9839>
- Faria, C. M. (2020) O trabalho social com famílias no PAIF: contribuições da Psicologia. *Editorial BIUS*, 19(13). <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/7640#:~:text=Com%20a%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20deste%20estudo,favorece%20o%20acesso%20aos%20demais>
- Fontanella, B.J.B, Ricas, J., & Turato, E.R. (2008) Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>

- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2011) Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 296-313, <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200008>
- Macedo, J. P., Fontenele, M. G., & Gomes, R. W. S. (2022). Psicologia e assistência social: Crise e retrocessos pós-encerramento do ciclo democrático-popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(n.spe), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262852>
- Macêdo, O. J. V., Lima, C. M. P. D., Brito, F. H. S., Souza, J. N. P., Sousa, N. K. M., Sousa, S. P., & Dias, S. G. (2018). Atuação dos Profissionais de Psicologia nos CRAS do Interior da Paraíba. *Trends Psychol*, 26 (2), 1083-1097. <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-20Pt>
- Maheirie, K., Miranda, P. R. A., Sawaia, B. B., & Iñiguez-Rueda, L. (2021) Psicologia nos Cras: uma análise do dissenso e dos processos de coletivização. *Psicologia & Sociedade*, vol. 33 <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33232754>
- Menz, D.M., & Camargo D. (2020) Psicólogo nas Políticas Públicas de Assistência Social: atuação em CRAS e interface com a formação acadêmica, 38(101), 431-449. <http://dx.doi.org/10.7213/psicologum.38.101.A002>
- Nery, V. B. (2009) *O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social: Saberes e direitos em questão*. (Tese de Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo.
- Neto, F.L.N. (2004) *A formação do Psicólogo: Clínica, Social e Mercado*. (Org.). (1 ed.). Escuta.
- Pereira, V.T., & Guareschi, P. A. (2017) A Psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, vol.29, <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29119584>
- Resolução nº 109. (2009). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*. ano 146, nº 225, seção 1. https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf
- Ribeiro, M.E., & Guzzo, R.S.L. (2014) Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. São João del-Rei, *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(1). http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/837/651
- Romagnoli, R.C. (2016) Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(01), <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p151>
- Scott, J. B., Marion, J., Freitas, A. P. M., Ferreira, M., Pereira, C. R. R., & Siqueira, A. C. (2019). Desafios da atuação do psicólogo em centros de referência da assistência social (Cras). *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(1), 125-141. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120110>
- Yamamoto, O.H., & Oliveira, I.F. (2010) Política social e Psicologia: Uma trajetória de 25 anos. Brasília, *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 26(especial). <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

NOTAS

1. As entrevistas foram realizadas no ano de 2018. Em 2016 a presidente Dilma sofreu um golpe de impeachment e o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência do país até 31 de dezembro de 2018.

Data de submissão: 17/06/2022

Primeira decisão editorial: 09/12/2024

Aceite: 31/03/2025